

IMPLICAÇÕES DA LEI LUCAS PARA ESCOLAS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Maria Luiza Santana da Costa¹, Olívia Novais Leal², Maranubia Bernardino Nunes³, Naumy Santos Duarte⁴, Thaylla Rodrigues Cerqueira⁵, Renara Meira Gomes de Carvalho⁶

¹Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade Excelência - Unex. E-mail: santanaluiza253@gmail.com; ²Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade Excelência - Unex. E-mail: olileal66@gmail.com; ³Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade Excelência - Unex. E-mail: maranubiabernadinonunes@gmail.com; ⁴Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade Excelência - Unex. E-mail: naumyduarte1808@gmail.com; ⁵Discente do Curso de Farmácia da Faculdade Excelência - Unex. E-mail: thaylla014@gmail.com; ⁶Enfermeira. Docente na Faculdade Excelência - Unex. E-mail: renaraenf@gmail.com

Introdução: A Lei Federal nº 13.722/2018, Lei Lucas, exige capacitação em primeiros socorros para profissionais da educação e colaboradores de estabelecimentos com recreação infantil, visando à proteção de crianças e adolescentes. A Lei foi instituída após o trágico falecimento de Lucas Begalli, 10 anos, por asfixia em excursão escolar, devido à ausência de atendimento imediato. Apesar da lei, acidentes graves ainda ocorrem. Avaliar sua implementação e o conhecimento dos educadores é fundamental para identificar lacunas e melhorar a segurança.

Objetivo: Discutir a aplicabilidade da Lei Lucas e o conhecimento dos educadores sobre primeiros socorros no contexto escolar. **Material e Método:** Revisão integrativa da literatura realizada em junho de 2025. Busca no Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com artigos das bases BDNF e LILACS, usando os descritores “Lei Lucas”, “Primeiros Socorros” e “Educação”, combinados pelo operador AND. Selecionados artigos em português, publicados entre 2020 e 2025, que abordassem diretamente o tema. Excluíram-se dissertações, teses, monografias e estudos fora do escopo. Encontrados 25 artigos no Google Acadêmico e 2 na BVS, dos quais 8 compuseram a amostra final. **Resultados:** Os estudos apontam que a maioria dos professores demonstra insegurança em prestar primeiros socorros devido à falta de preparo teórico e prático na formação, centrada na área educacional. Muitos não se sentem aptos a intervirem em situações críticas, como parada cardiorrespiratória, convulsão e choque elétrico. Identificou-se também que poucos profissionais recebem capacitação para casos de engasgo, apesar da obrigatoriedade, fato preocupante considerando o alto índice desse tipo de acidente no Brasil. O ensino de primeiros socorros ainda é pouco abordado, associado à solidariedade e senso comum. Sem preparo adequado, acidentes podem gerar danos irreparáveis ou até morte. Portanto, é essencial ampliar estratégias educativas para capacitar os profissionais, garantindo atendimento rápido e eficaz que previna agravamentos. **Conclusão:** Embora a Lei Lucas represente avanço significativo na promoção da segurança infantil, sua efetividade é comprometida pela insuficiente capacitação dos profissionais da educação em primeiros socorros. A escassez de conhecimento gera insegurança e limita atuação. É crucial ampliar estratégias educativas na formação inicial e continuada, garantindo atendimento eficaz para segurança dos alunos. **Contribuições para Saúde:** O estudo evidencia que a falta de formação em primeiros socorros compromete a segurança escolar e eleva o risco de consequências graves. Destaca-se a importância de ampliar estratégias educativas e fortalecer a aplicação da Lei Lucas, visando prevenir acidentes e reduzir a mortalidade infantil nas escolas.

Descritores: Educação, Lei Lucas, Primeiros Socorros.